

Transformação digital não pode ser um fator de maior consumo de recursos, alerta Comissão

19 de Fevereiro, 2021

Reverter o sistema linear para um sistema circular é talvez o grande desafio que as empresas, as indústrias e a sociedade terão na próxima década. O novo plano de ação europeu para a economia circular, apresentado em março de 2020, parte da perspectiva de que a economia circular é a forma de conseguir “criar empregos, promover a inovação e crescimento económico” e, ao mesmo tempo, “reduzir o consumo de recursos e as emissões de CO2” fundamentais para cumprir o Acordo de Paris.

Paulo Lemos, responsável da **Unidade de produtos e consumo sustentáveis da Comissão Europeia**, defende que numa “economia aberta” como a portuguesa e com “poucos recursos naturais” as oportunidades geradas pela economia circular que são no sentido de “promover uma resiliência das economias” e “uma menor dependência da economia na procura de recursos naturais” são fundamentais.

Do plano de ação europeu para a economia circular, o responsável quis destacar algumas das iniciativas que estão previstas ainda para este ano. Aquela que é a “*flagship*” do plano é a “política de produto”, isto é “introduzir os princípios de economia circular” na forma como “produzimos e utilizamos os produtos” e “tentar que os mesmos tenham um ciclo de vida mais longo” e que contribuam para “reduzir a pressão sobre o consumo de recurso e emissões de CO2”. Trata-se de uma iniciativa que será lançada no final deste ano: “Vamos pegar na diretiva *ecodesign* já existente e introduzir as preocupações da durabilidade do produto, promovendo uma maior reparabilidade, o reuso, a remanufatura, uma maior integração de matérias-primas secundárias nos produtos, mas também promover novos modelos de negócios”, refere.

Uma outra iniciativa que também será apresentada no final deste ano, centra-se em promover mais informação para os consumidores. De acordo com Paulo Lemos, a ação consiste nas empresas terem que assegurar a sua “*claim*” de que são verdes através de uma metodologia disponibilizada pela Comissão: “Os consumidores vão saber se estão a comprar realmente um produto sustentável ou não”. Associada a esta está uma outra ação que permitirá ao consumidor ter mais direitos, como sendo, o “direito à reparação” dos produtos, isto é a possibilidade de exigir às empresas o restauro do artigo, em vez de o descartar, refere.

Dentro da iniciativa do “produto sustentável” está a ser ainda preparado um “passaporte do produto” que se traduz num instrumento ou num conector eletrónico, onde “os cidadãos através da leitura, no telemóvel, vão conseguir ter informação sobre as diversas questões associadas ao produto”, descreve.

Relativamente às cadeias de valor essenciais, Paulo Lemos enfatizou a estratégia que está a ser desenvolvida para o setor têxtil: “Vamos ouvir toda

a cadeia de valor e propor uma estratégia de tornar mais sustentável a produção têxtil”.

Como nota final, o responsável reconhece que as tecnologias têm um “grande potencial” para promover a sustentabilidade e a circularidade, mas, ao mesmo tempo, chama a atenção para o facto da transformação digital não ser um fator de maior consumo de recursos: “A revolução digital está a decorrer e é preferível antecipar já os efeitos. E esse é um trabalho que está a ser feito dentro da Comissão”, remata.

Paulo Lemos entrevistou na conferência virtual *“Por uma Europa Verde – O Contributo das Empresas Portuguesas”*, promovida, esta quinta-feira, pela CIP (Confederação Empresarial de Portugal), em parceria com a EY-Parthenon. A sessão contou também com [Inês dos Santos Costa](#), secretária de Estado do Ambiente, e [Pedro Siza Vieira](#), ministro do Estado, da Economia e Transição Digital.